



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR



Privatização no Brasil

1990-1994

1995-2002

Resultados Acumulados

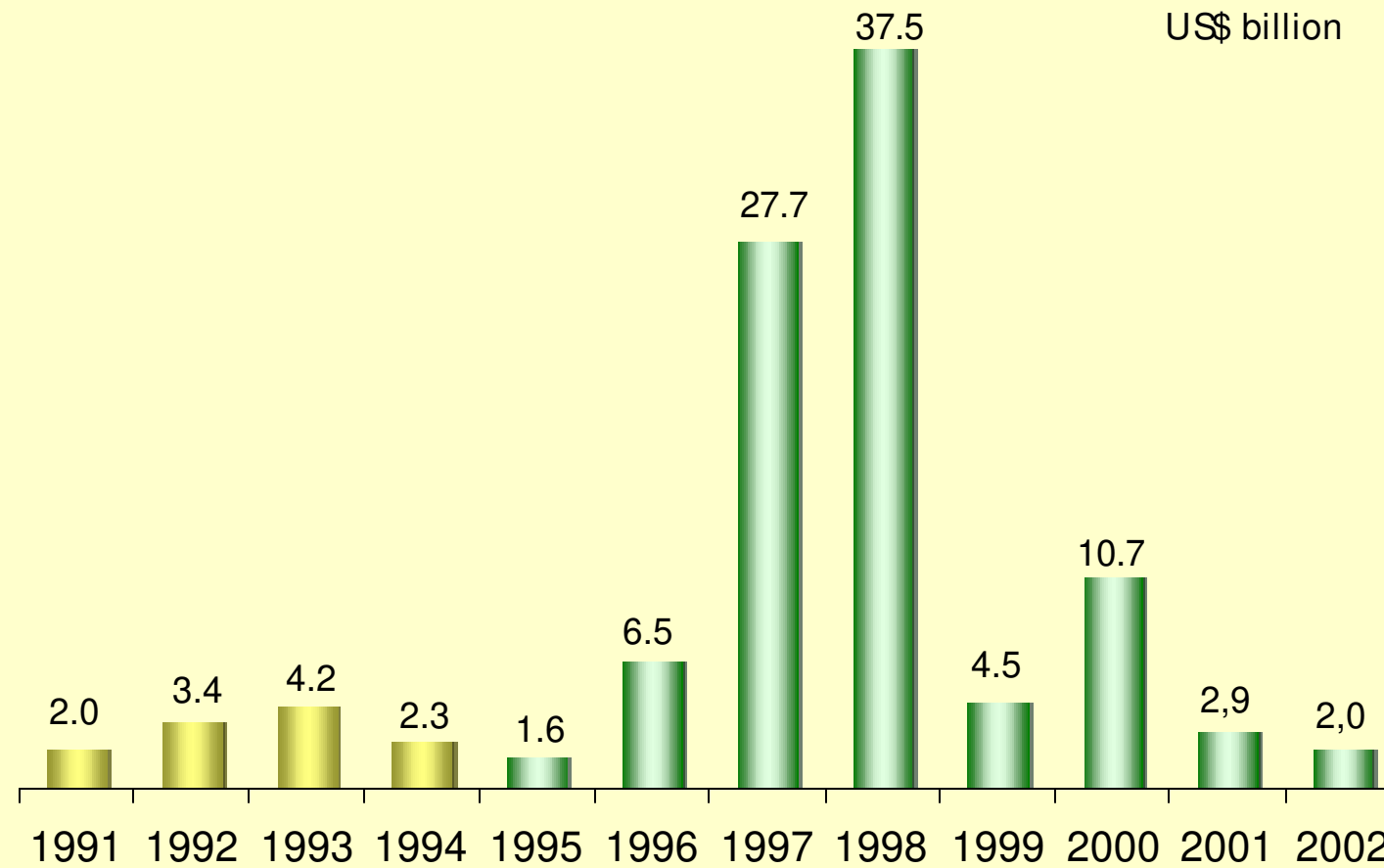
1990/2002

US\$ milhões

Período	Receita de Venda	Dívidas Transferidas	Resultado Total	
1990-1994	8.608	3.266	11.874	11.2 %
1995-2002	78.614	14.810	93.424	88.8 %
Total	87.222	18.076	105.298	100.0%

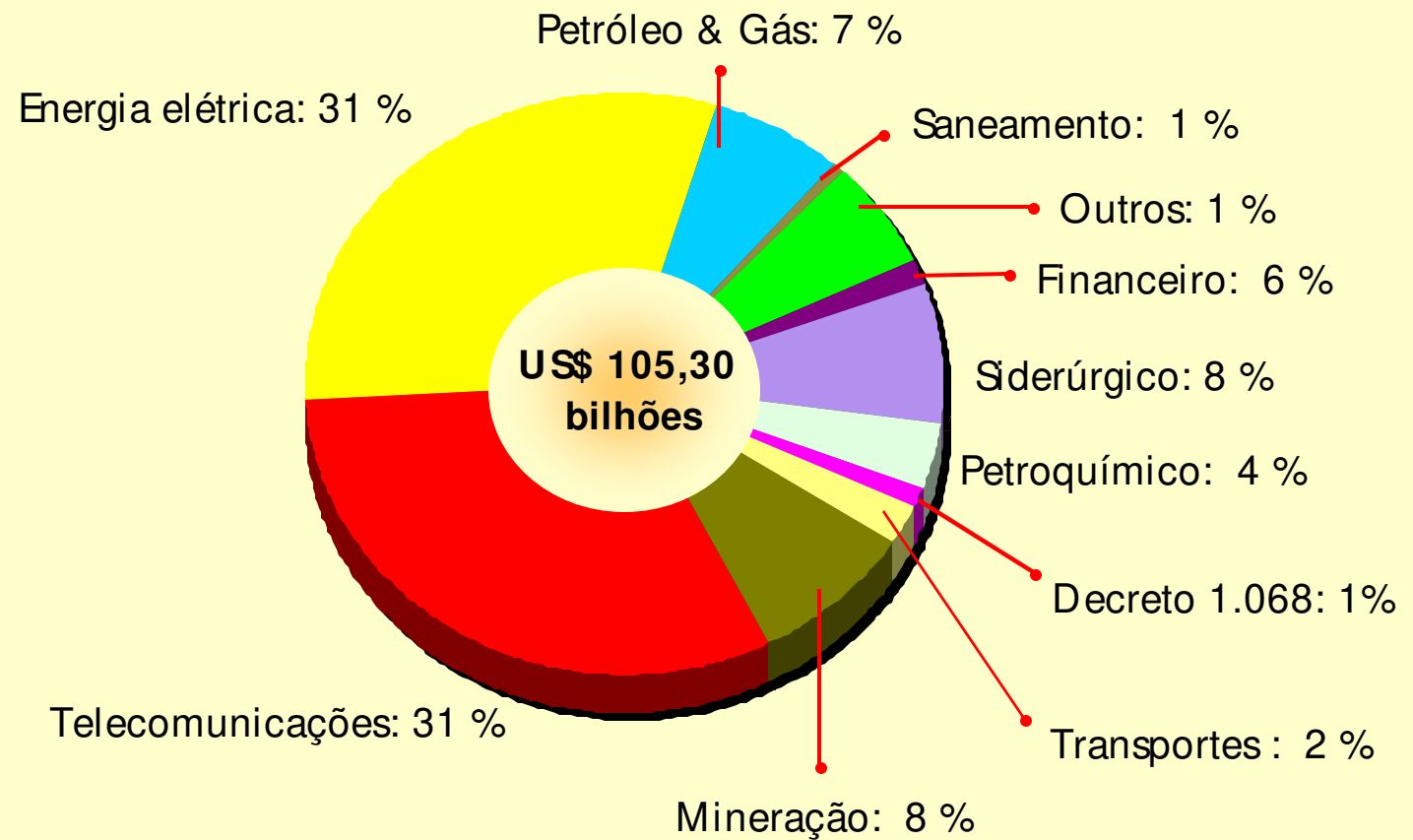
Evolução Anual

1990/2002



Participação Setorial

1990/2002



1990/1994

Período

1990 - 1994

Histórico das Privatizações

1990/1994

O Programa Nacional de Desestatização - PND, foi instituído com a Lei nº 8.031, de 12.04.90, quando a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo.

Naquela época, foram concentrados esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos, o que permitiu a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes no PND.

Entre 1990 e 1994, o governo federal desestatizou 33 empresas, sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofértil. Foram realizados ainda oito leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto nº 1.068.

Com essas alienações o governo obteve uma receita de US\$ 8,6 bilhões que, acrescida de US\$ 3,3 bilhões de dívidas que foram transferidas ao setor privado, alcançou o resultado de US\$ 11,9 bilhões.

Resultado de Venda por Setor

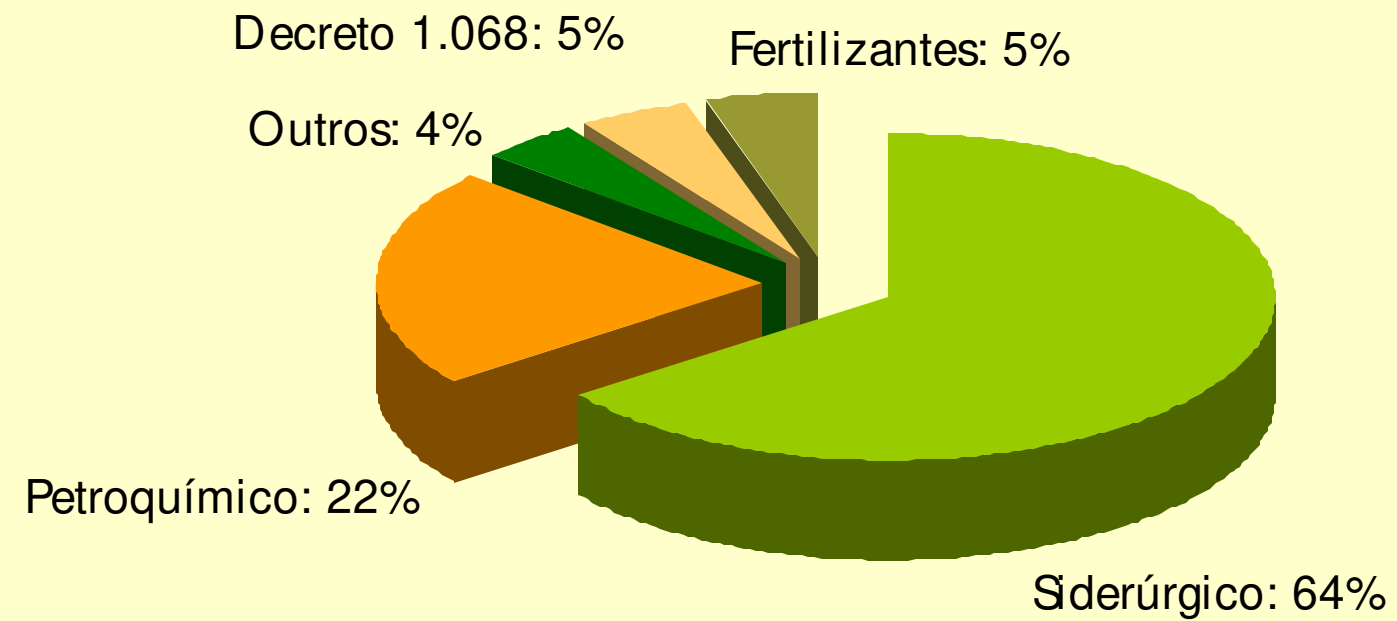
1990/1994

US\$ milhões

Setores	Empresas	Receita de Venda	Dívida Transferida	Total
Siderúrgico	8	5.562	2.625	8.167
Petroquímico	15	1.882	296	2.178
Fertilizantes	5	418	75	493
Outros	4	350	269	619
Decreto 1.068	-	396	-	396
Total	33	8.608	3.266	11.874

Resultados Setoriais

1990/1994



Moedas Utilizadas nas Privatizações

1990/1994

Os títulos representativos da dívida pública federal, chamados de “moedas de privatização”, foram muito utilizados como meio de pagamento em decorrência da prioridade dada pelo Governo ao ajuste fiscal. Essas “moedas” representaram 81% da receita obtida com as vendas das empresas, no âmbito do PND, no período.

As “moedas” aceitas foram: Dívidas Securitizadas, Debêntures da Siderbrás, Certificados de Privatização, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Títulos da Dívida Agrária e Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal.

Resultado de Venda por Moeda Utilizada

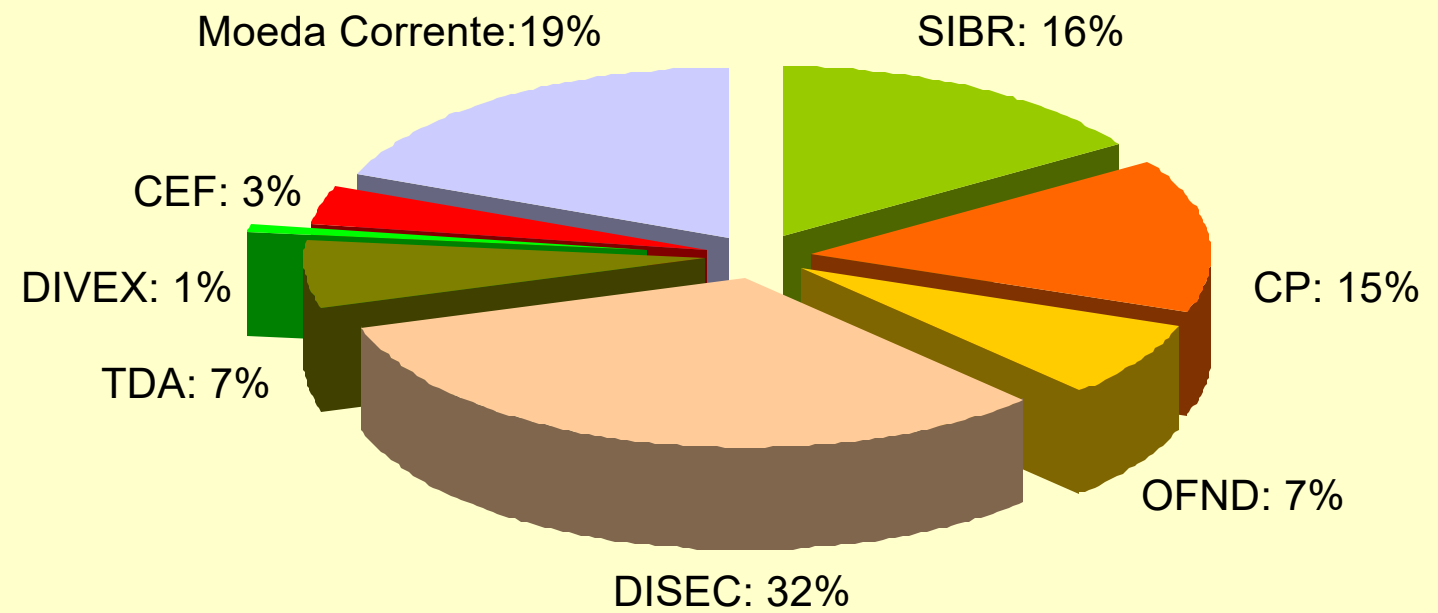
US\$ milhões

Tipo da Moeda	Receita de Venda	%
Dívidas Securitizadas – Débitos Internos do Governo	2.780	32%
Debêntures Siderbrás	1.352	16%
Certificados de Privatização	1.282	15%
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento	624	7%
Títulos da Dívida Agrária	566	7%
Letras Hipotecárias da CEF	301	3%
Créditos e Títulos da Dívida Externa	69	1%
Total Títulos	6.974	81%
Moeda Corrente	1.634	19%
Total	8.608	100%

1990/1994

Moedas Utilizadas

1990/1994



Investidores

Como pode ser observado no quadro abaixo, o período 1990-1994 caracterizou-se por pequena participação do investidor estrangeiro.

1990/1994

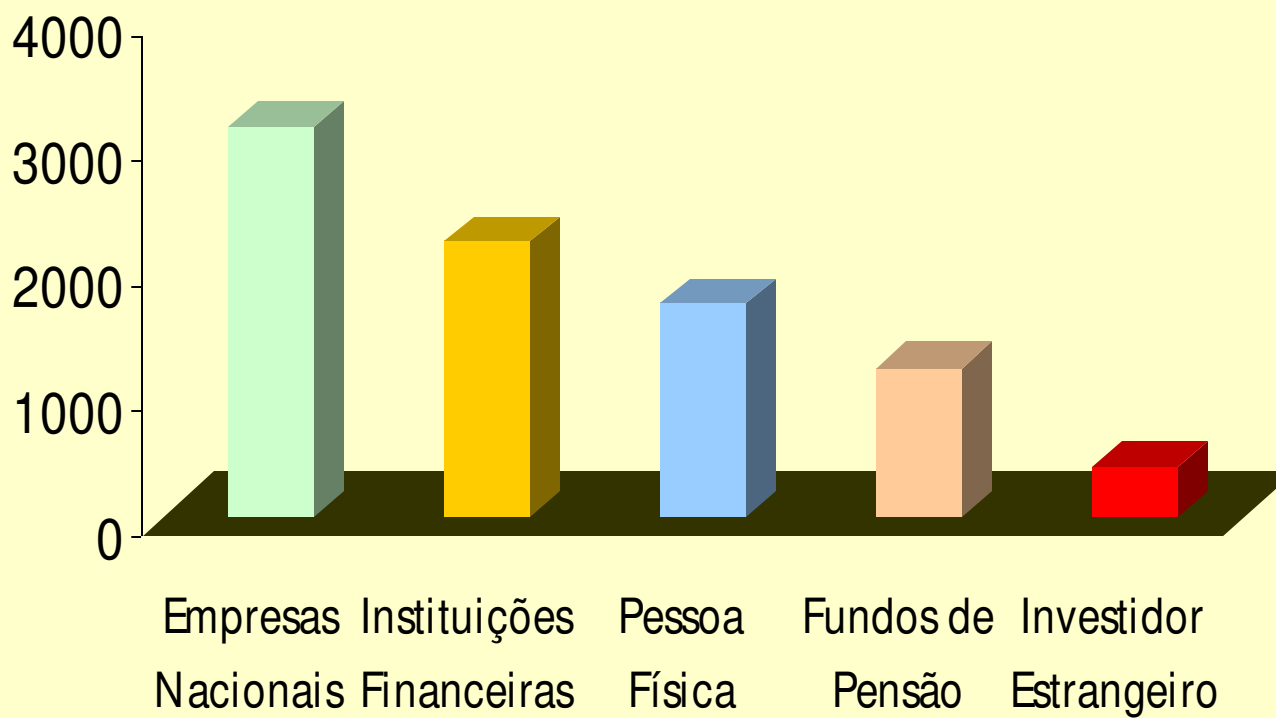
Resultado de Venda por Investidor

US\$ milhões

Tipo de Investidor	Receita de Venda	%
Empresas nacionais	3.116	36%
Instituições financeiras	2.200	25%
Pessoas físicas	1.701	20%
Fundos de pensão	1.193	14%
Investidor estrangeiro	398	5%
Total	8.608	100%

Investidores

1990/1994



1995/2002

Governo

Fernando Henrique Cardoso

1995 - 2002

Histórico das Privatizações

1995/2002

A partir de 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, foi conferida maior prioridade à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos da reforma do Estado, sendo parte integrante do Programa de Governo, e o Conselho Nacional de Desestatização – CND, é criado em substituição à Comissão Diretora.

Iniciou-se uma nova fase da privatização, em que os serviços públicos começam a ser transferidos ao setor privado. Foram incluídos os setores elétrico, financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos e telecomunicações.

Um dos principais objetivos tem sido o de proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, através de aumento de investimentos a serem realizados pelos novos controladores.

Moedas Utilizadas nas Privatizações

No período 1995-2002 constatou-se redução da utilização de “moedas de privatização” e aumento do ingresso de moeda corrente nacional, que passou a representar 95% do total arrecadado nos leilões de privatização.

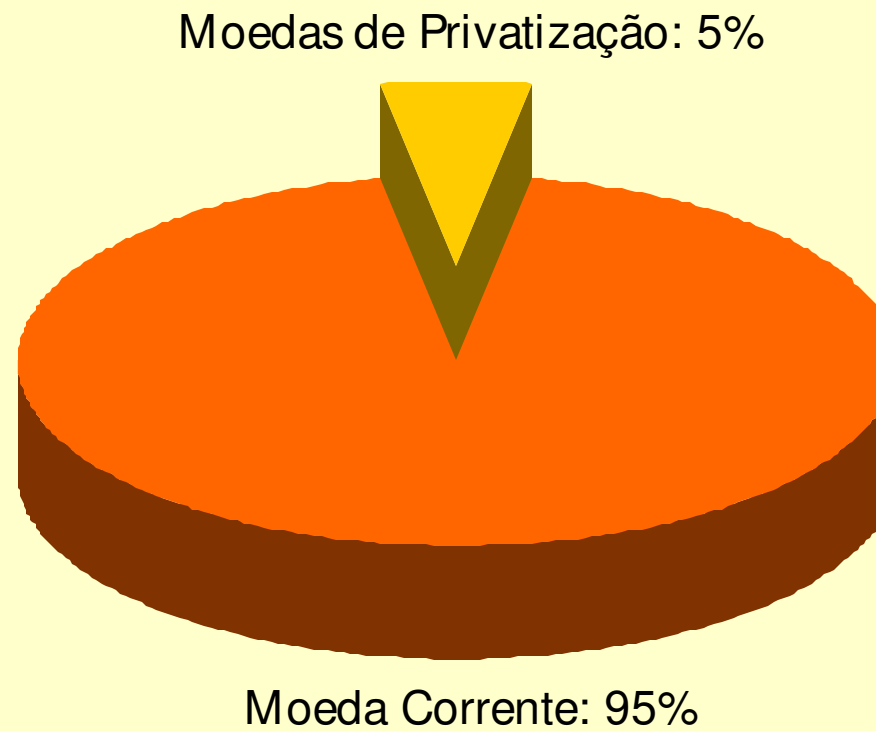
1995/2002

US\$ milhões

Tipo da Moeda	Receita de Venda	%
Moeda Corrente	74.340	95%
Moedas de Privatização	4.274	5%
Total	78.614	100%

Moedas Utilizadas nas Privatizações

1995/2002



Investidores

1995/2002

A participação do capital estrangeiro foi bastante significativa no período 1995-2002, atingindo 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas no Brasil.

As empresas nacionais responderam por 26% da receita, cabendo 7% às entidades do setor financeiro nacional, 8% às pessoas físicas e 6% às entidades de previdência privada, como pode ser visto no quadro da página seguinte.

Resultado de Venda por Investidor

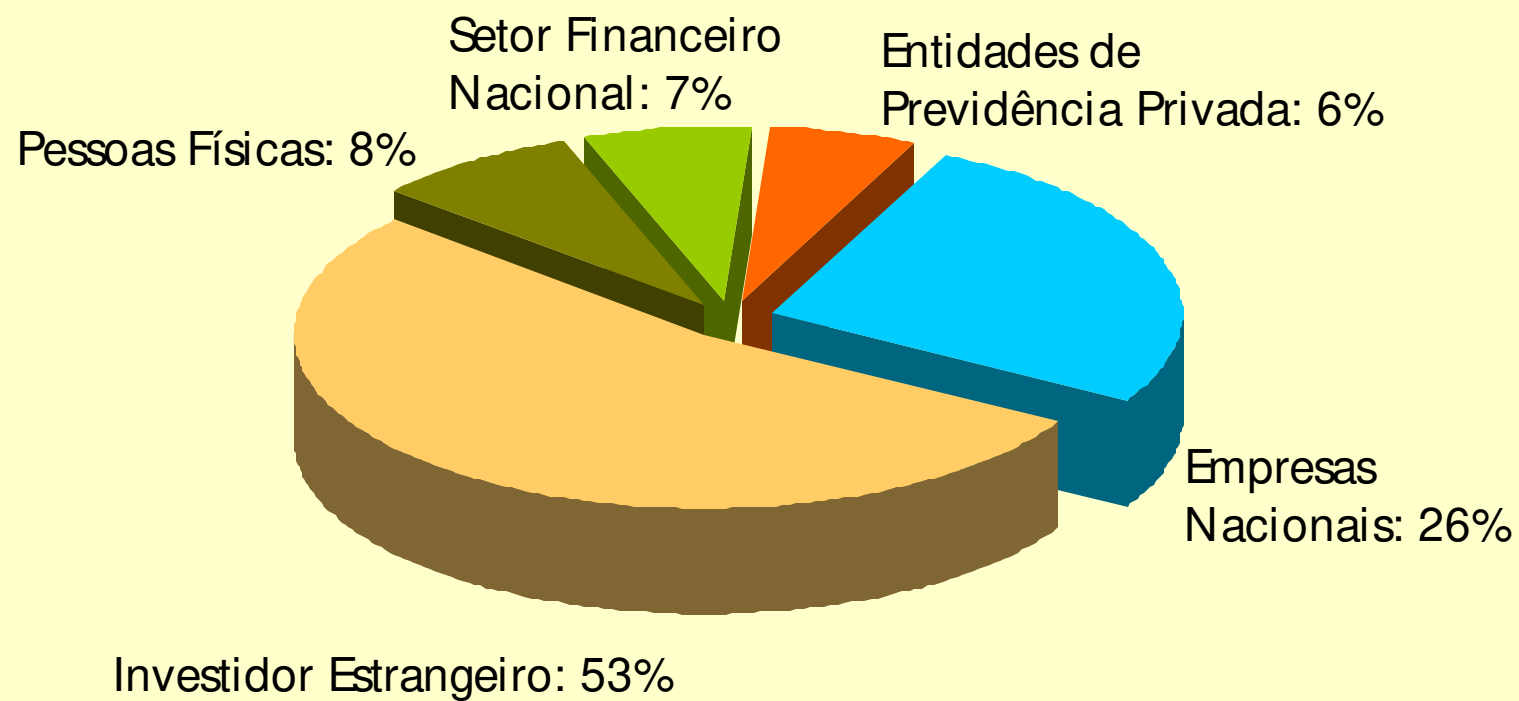
1995/2002

US\$ milhões

Tipo de Investidor	Receita de Venda	%
Investidor Estrangeiro	41.737	53%
Empresas Nacionais	20.777	26%
Setor Financeiro Nacional	5.158	7%
Pessoas Físicas	6.316	8%
Entidades de Previdência Privada	4.626	6%
Total	78.614	100%

Investidores

1995/2002



1995/2002

Informações Setoriais

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Privatizações no Brasil

O quadro mostra os valores arrecadados com a privatização de empresas nos setores industrial e de infra-estrutura/serviços, bem como o resultado dos leilões de participações minoritárias.

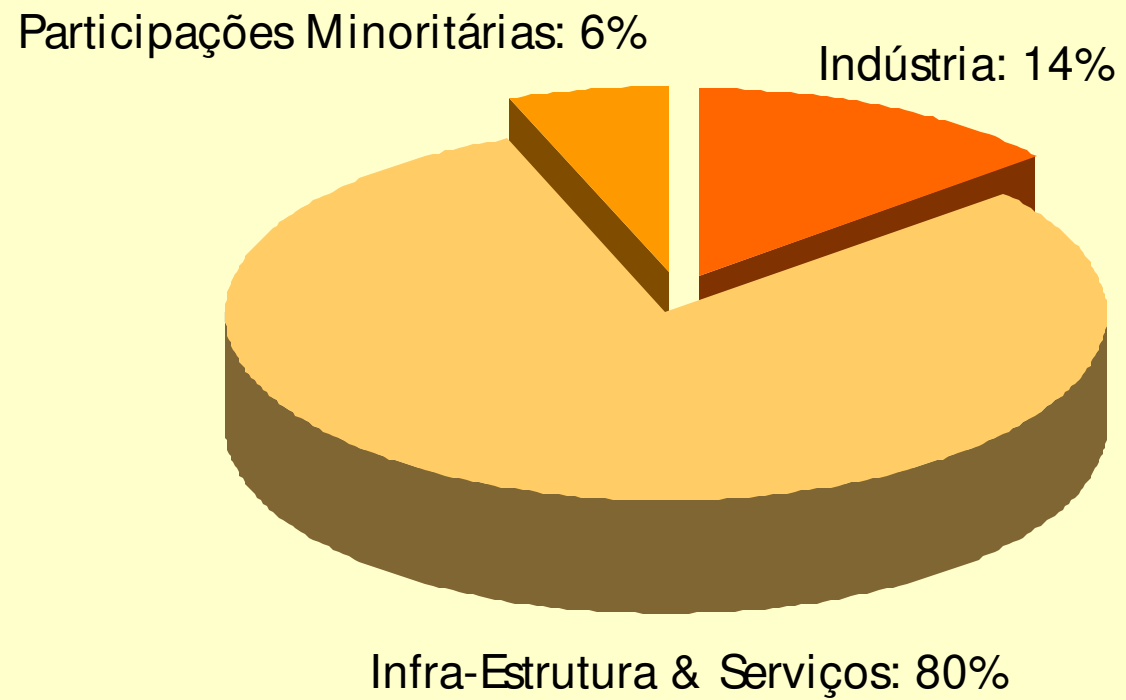
1995/2002

US\$ milhões

Setores	Receita de Venda	%
Infra-Estutura/Serviços	63.281	80%
Indústria	10.852	14%
Participações Minoritárias	4.481	6%
Total	78.614	100%

Privatizações no Brasil

1995/2002



Privatizações no Brasil

O quadro na página seguinte mostra o resultado setorial dos leilões de privatização e a dívida transferida ao setor privado no período 1995-2002, no âmbito dos programas federal e estadual.

1995/2002

Privatizações no Brasil

US\$ milhões

Setores	Receita de Venda	Dívida Transferida	Resultado Total
Indústria	10.852	4.265	15.117
• Petroquímica	816	706	1.522
• Petróleo	4.840	-	4.840
• Mineração	5.196	3.559	8.755
Infra-Estrutura/Serviços	63.281	10.545	73.826
• Financeiro	6.329	-	6.329
• Elétrico	22.238	7.510	29.748
• Transporte	2.321	-	2.321
• Portuário	421	-	421
• Gás/Saneamento	2.111	88	2.199
• Telecomunicações	29.811	2.947	32.758
• Informática	50	-	50
Participações Minoritárias	4.481	-	4.481
• Decreto 1.068	753	-	753
• Estaduais	3.728	-	3.728
Total	78.614	14.810	93.424

1995/2002

Última atualização: 26 de agosto de 2002

1995/2002

Indústria

Petroquímica

Dando prosseguimento ao PND, o governo federal concluiu a desestatização do setor petroquímico com a venda de 12 participações acionárias da Petroquisa e da Petrofértil.

O quadro a seguir mostra o resultado apurado.

1995/2002

Petroquímica

1995/2002

US\$ milhões

Empresa	Data da Oferta	Receita de Venda
Copene	15/08/1995	270,5
CPC	29/09/1995	99,6
Salgema	05/10/1995	139,2
CQR	05/10/1995	1,7
Nitrocarbono	05/12/1995	29,6
Pronor	05/12/1995	63,5
CBP	05/12/1995	0,04
Polipropileno	01/02/1996	81,2
Koppol	01/02/1996	3,1
Deten	22/05/1996	12,1
Polibrasil	27/08/1996	99,4
EDN	26/09/1996	16,6
Total		816,5

Última atualização: 26 de agosto de 2002

1995/2002

No âmbito do PND, foram realizadas duas ofertas públicas globais de ações da Petroleo Brasileiro S.A – Petrobras,

A primeira oferta ocorreu em agosto de 2000, quando foram vendidas as ações ordinárias que excediam o mínimo necessário à manutenção do controle acionário da Petrobras pela União.

A oferta realizada no Brasil inovou ao permitir que os trabalhadores utilizassem parte do saldo de suas contas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em pagamento por ações da empresa.

O volume de recursos do FGTS mobilizado na compra das ações foi significativo, alcançando US\$ 898 milhões, correspondendo a 312.194 contas de trabalhadores.

Na segunda oferta, realizada em julho de 2001, foram vendidas 41 milhões de ações preferenciais nominativas, 81% das quais colocadas no exterior.

Petróleo

O quadro abaixo mostra o resultado das ofertas públicas da Petrobras:

US\$ milhões

1995/2002

Tipo da Oferta Pública	2000		2001		Total de Venda
	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor de Venda	Quantidade de Ações Preferenciais	Valor de Venda	
Brasileira	71.293.552	1.431,7	8.000.000	157,4	1.589,1
Internacional	108.345.748	2.600,3	33.381.826	650,9	3.251,2
Total	179.639.300	4.032,0	41.381.826	808,3	4.840,3

Mineração

1995/2002

Em maio de 1997 foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo.

No leilão do controle da empresa foram alienadas 99 milhões de ações ordinárias nominativas, correspondendo a uma arrecadação de US\$ 3.131 milhões. A oferta aos empregados totalizou US\$ 167 milhões.

Em março de 2002 foi realizada a operação de oferta pública global de ações ordinárias da CVRD sendo alienadas 78 milhões de ações ordinárias, correspondendo a 31,5% do capital votante da CVRD.

Nessa oferta foram aceitos recursos do FGTS no pagamento de ações. O volume de vendas utilizando esses recursos foi de US\$ 428 milhões, correspondendo a 729.078 contas de trabalhadores.

Mineração

O quadro mostra o resultado de venda na área de mineração:

US\$ milhões

Tipo da Oferta	2002	
	Quantidade de Ações Ordinárias	Receita de Venda
Leilão de controle	99.999.203	3.299
Oferta Pública	78.778.386	1.897
Brasileira	34.392.016	809
Internacional	44.386.370	1.088
Total	178.777.589	5.196

1995/2002

1995/2002

Infra-Estrutura e Serviços

Instituições Financeiras

1995/2002

A Medida Provisória nº 1.481-49, de 15/05/1997, transferiu a coordenação da desestatização das instituições financeiras federais para o Banco Central do Brasil.

O Conselho Monetário Nacional – CMN, passou a ser responsável pela aprovação das medidas necessárias ao processo, cabendo ao CND propor ao presidente da República o percentual mínimo de moeda corrente a ser aceito em pagamento nos leilões.

Instituições Financeiras

O quadro exhibe o resultado dos leilões dos bancos federalizados:

1995/2002

US\$ milhões

Instituições Financeiras	Data da Oferta	Valor da Receita
Meridional	04/12/1997	240,1
Banespa	20/11/2000	3.604,3
BEG	04/12/2001	269,4
BEA	24/01/2002	76,8
Total		4.190,6

Financeiro

O quadro mostra o resultado obtido com os leilões dos bancos estaduais:

US\$ milhões

Instituições Financeiras	Data da Oferta	Valor da Receita
Credireal	07/08/1997	112
Banerj	26/06/1997	289
Cia.União de Seguros Gerais	20/11/1997	45
Bemge	14/09/1998	494
Bandepe	17/11/1998	153
Baneb	22/06/1999	147
Banestado	17/10/2000	869
Paraiban	08/11/2001	29
Total		2.138

1995/2002

Energia Elétrica

1995/2002

No âmbito federal, o processo de desestatização na área de energia elétrica iniciou-se com a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, empresa concessionária de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Posteriormente foram privatizadas a Light Serviços de Eletricidade S.A. , empresa concessionária de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a Gerasul, empresa de geração de energia elétrica oriunda da cisão da Eletrosul.

Energia Elétrica

O quadro resume a venda das empresas federais privatizadas no setor de energia elétrica, no âmbito do PND:

1995/2002

US\$ milhões

Empresa	Data da Oferta	Valor da Receita
Escelsa	11/07/1995	519
Light	21/05/1996	2.509
Gerasul	15/09/1998	880
Total		3.908

Energia Elétrica

No âmbito estadual, foram privatizadas 20 empresas do setor elétrico, sendo 17 distribuidoras e três geradoras.

O quadro mostra o resumo das vendas das empresas estaduais geradoras de energia elétrica:

1995/2002

US\$ milhões

Empresa Geradora	Data da Oferta	Valor da Receita
Cachoeira Dourada	05/09/1997	714
CESP Paranapanema	28/07/1999	682
CESP Tietê	27/10/1999	472
Total		1.868

Energia Elétrica

O quadro mostra o resumo de venda das empresas estaduais distribuidoras de energia elétrica:

US\$ milhões

Empresa Distribuidora	Data da Oferta	Receita de Venda
Cerj	20/11/1996	587
Coelba	31/07/1997	1.598
CEEE-Norte-NE	21/10/1997	1.486
CEEE-Centro-Oeste	21/07/1997	1.372
CPFL	05/11/1997	2.731
Enersul	19/11/1997	565
Cemat	27/11/1997	353
Energipe	03/12/1997	520

1995/2002

continua

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Energia Elétrica

Continuação do quadro anterior

US\$ milhões

Empresa Distribuidora	Data da Oferta	Receita de Venda
Cosern	12/12/1997	606
Coelce	02/04/1998	868
Metropaulo Metropolitana	15/04/1998	1.777
Celpe	09/07/1998	388
Elektro	16/07/1998	1.273
EBE	17/09/1998	860
Celpe	17/02/2000	1.004
Cemar	15/06/2000	289
Saelpa	30/11/2000	185
Total		16.462

1995/2002

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Concessões do Setor de Transporte Ferroviário

1995/2002

A Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA, foi incluída no PND, por intermédio do Decreto nº 473, de 10 de março de 1992.

O modelo de desestatização o serviço de transporte de carga prestado pela RFFSA incluiu o desmembramento da empresa em sete malhas ferroviárias regionais

Os estudos de modelagem indicaram o caráter intra-regional da maior parte dos fluxos operacionais e, portanto, o agrupamento por malhas regionais proporcionaria economias de escala que aumentariam seu valor econômico.

Concessões do Setor de Transporte Ferroviário

O quadro mostra o resultado da divisão da RFFSA, com a extensão e os valores de venda de cada malha:

US\$ milhões

Malhas	Data da Oferta	Extensão (km)	Receita de Venda
Oeste	05/05/1996	1.621	63
Centro-Leste	14/06/1996	7.080	316
Sudeste	20/09/1996	1.674	871
Tereza Cristina	22/11/1996	164	18
Sul	13/12/1996	6.586	208
Nordeste	18/07/1998	193	15
Paulista	10/11/1998	4.236	206
Total		21.554	1.697

1995/2002

Concessões do Setor de Transporte Ferroviário

No âmbito estadual foram realizadas duas licitações no setor de transporte ferroviário.

1995/2002

US\$ milhões

Empresas	Data da Oferta	Extensão (km)	Receita de Venda
Ferroeste	10/12/1996	250	25,4
Flumitrens	15/07/1998	-	240,2
Total		250	265,6

Concessões do Setor de Transporte Metroviário

1995/2002

Em dezembro de 1997, o Consórcio Oportrans assumiu o controle do Metrô-Rio, tornando-se responsável pela administração e operação do serviço de transporte público metroviário na cidade do Rio de Janeiro.

A concessão foi vendida por US\$ 262 milhões, ficando as expansões na rede a cargo da Companhia Metropolitana (Governo do Estado).

Concessões do Setor de Transporte Marítimo

1995/2002

A Cia. de Navegação do Estado do Rio de Janeiro - Conerj, foi vendida por US\$ 29 milhões em leilão de privatização realizado em fevereiro de 1998.

O consórcio comprador incluía, entre outros, a Construtora Andrade Gutierrez e a Auto Viação.

Concessões do Setor de Transportes

1995/2002

O Terminal Garagem Menezes Côrtes foi privatizado em leilão realizado em outubro de 1998, pelo valor de US\$ 67 milhões.

O Menezes Côrtes dispõe de estacionamento com 3.740 vagas de automóveis, 107 lojas, 18 pontos possíveis para locação de quiosques e um terminal de ônibus, sob a responsabilidade da CODERTE.

Concessões do Setor de Transportes

O quadro mostra o resultado com os leilões no setor de transportes:

1995/2002

US\$ milhões

Transporte	Concessões Licitadas	Receita de Venda
Ferroviário	9	1.963
Metroviário	1	262
Marítimo	1	29
Terminal de Ônibus/Estacionamento	1	67
Total	12	2.321

1995/2002

A Lei de Modernização dos Portos introduziu dispositivos que permitiram conceber um programa de reestruturação da atividade portuária com base em conceitos como desestatização, desregulamentação e leis de mercado.

A Lei nº 9.277, de 10/05/1996, autorizou a União a delegar a estados e municípios, por intermédio do Ministério dos Transportes, a administração e exploração dos portos públicos. As administrações estaduais e municipais, por sua vez, poderão promover a transferência dos serviços à iniciativa privada.

As Companhias Docas federais foram incluídas no PND por meio do Decreto nº 1.990/96, que atribuiu ao Ministério dos Transportes a execução do Programa de Desestatização nos Portos, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desestatização.

Portuário

O quadro mostra o resumo dos portos e terminais licitados:

US\$ milhões

Portos e Arrendamentos	Data da Oferta	Receita de Venda
CODESP		251,1
. Porto de Santos	17/09/1997	251,1
CDRJ		113,4
. Porto de Sepetiba	03/09/1998	79,0
. Porto do Rio	03/11/1998	26,5
. Porto de Angra dos Reis	05/11/1998	7,9
CODESA		35,6
. Cais de Capuaba	06/05/1998	26,2
. Cais de Paul	17/09/1997	9,4
CODEBA		
. Porto de Salvador	21/12/1999	20,9
Total		421,0

1995/2002

1995/2002

A concessão para distribuição de gás canalizado era municipal até a entrada em vigor da atual Constituição Federal, em 1988, quando passou a ser de competência dos estados, para exploração direta ou através de empresas estaduais.

Em 1995, a aprovação de uma emenda constitucional possibilitou que esses serviços fossem fornecidos também por empresas privadas, mantendo os estados como Poder Concedente.

O quadro mostra o resultado obtido com a venda de empresas e concessões de distribuição de gás:

1995/2002

US\$ milhões

Empresa/Concessão	Data da Oferta	Receita de Venda
CEG	14/07/1997	430
Riogás	14/07/1997	146
Comgás	14/04/1999	988
Gás Noroeste-SP	09/11/1999	143
Gás Sul-SP	26/04/2000	298
Total		2.005

Saneamento

1995/2002

Em 1997 a CEF e o BNDES firmaram convênio de cooperação mútua para a desestatização do setor de saneamento, visando a melhoria dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Não existe legislação específica para o setor de saneamento. A lei referida no Artigo 175 da Constituição Federal ainda não foi elaborada, existindo, hoje, apenas a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que disciplina as concessões e permissões dos serviços públicos.

Saneamento

Em junho de 2000 foi privatizada a empresa Manaus Saneamento, arrematada em leilão pela francesa Lyonnaise des Eaux.

1995/2002

US\$ milhões

Concessão	Receita de Venda
Manaus Saneamento	106
Total	106

Telecomunicações

1995/2002

A venda das empresas do setor tornou-se possível com a aprovação, em 16/07/1997, da Lei das Telecomunicações.

O ano de 1997 marcou o início do processo de privatização do setor de telecomunicações, quando foram licitadas concessões de telefonia móvel celular – Banda B.

Posteriormente, em 2001, foram licitadas concessões de telefonia celular para as Bandas D e E.

Telecomunicações

O quadro mostra o resultado obtido com as licitações de concessões de telefonia celular - Bandas B, D e E:

1995/2002

US\$ milhões

Áreas	Receita de Venda
Banda B	7.613
Banda D	1.333
Banda E	482
Total	9.428

Telecomunicações

1995/2002

Em 29 de julho de 1998 o governo federal vendeu as 12 holdings, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, transferindo à iniciativa privada três empresas de telefonia fixa, oito de telefonia celular – Banda A, e a Embratel, operadora de serviços de longa distância.

A oferta de ações aos empregados do Sistema Telebrás resultou no montante de US\$ 293 milhões.

Telecomunicações

O quadro mostra o resultado obtido com as licitações de empresas de telefonia fixa e de longa distância:

1995/2002

US\$ milhões

Empresas	Receita de Venda
Telesp	4.967
Tele Centro Sul	1.778
Tele Norte Leste	2.949
Embratel	2.276
Total	11.970

Telecomunicações

O quadro resume o resultado obtido com as licitações de empresas de telefonia celular – Banda A:

US\$ milhões

Empresas	Receita de Venda
Telesp Celular	3.082
Tele Sudeste Celular	1.168
Telemig Celular	649
Tele Celular Sul	601
Tele Nordeste Celular	567
Tele Leste Celular	368
Tele Centro Oeste Celular	378
Tele Norte Celular	161
Total	6.974

1995/2002

Telecomunicações

Em 1999 o governo licitou concessões para exploração de quatro áreas telefonia fixa das empresas-espelho, para fazer concorrência com as companhias de telecomunicações privatizadas conforme demonstrado abaixo:

1995/2002

US\$ milhões

Empresas-Espelho	Data da Oferta	Receita de Venda
Região I (Tele Norte-Leste)	15/01/1999	45,5
Região II (Tele Centro-Sul)	27/08/1999	0,1
Região III (Telesp)	23/04/1999	41,1
Região IV (Embratel)	15/01/1999	41,7
Total		128,4

Telecomunicações

1995/2002

No âmbito estadual, a Cia. Riograndense de Telecomunicações – CRT, foi privatizada em junho de 1998.

Os adquirentes foram Telefônica do Brazil Holding e Rede Brazil Sul Participações, que ofereceram o total de US\$ 1.018 milhões pelo controle da empresa.

Telecomunicações

O quadro mostra o resultado dos leilões no setor de telecomunicações:

US\$ milhões

Empresas/Concessões	Receita de Venda
Empresas Federais de Telecomunicações	19.237
. Telefonia Fixa e serviços de longa distância	11.970
. Telefonia Celular – Banda A	6.974
. Oferta aos empregados	293
Concessões	9.556
. Telefonia Celular (Banda B + D + E)	9.428
. Empresas Espelho	128
Empresa estadual	1.018
Total	29.811

1995/2002

1995/2002

A Datamec S.A – Sistema e Processamento de Dados, foi incluída no PND pelo Decreto nº 2.422, de 16/12/1997.

A empresa, controlada indiretamente pela União, e vinculada à Caixa Econômica Federal desde fevereiro de 1978, foi privatizada em junho de 1999, sendo adquirida pela Unisys Brasil Ltda.

O quadro mostra o resultado do leilão:

US\$ milhões

Empresa	Receita de Venda
Datamec	49,6
Total	49,6

1995/2002

Participações Minoritárias

Participações Minoritárias

1995/2002

No PND, entre 1995 e 2002, foram realizados 23 leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto 1.068, com arrecadação de US\$ 753,0 milhões.

Nos programas estaduais de privatização, no período 1997/2002, foram realizados 16 leilões de participações minoritárias, resultando no montante de US\$ 3.728 milhões.

Participações Minoritárias

O quadro mostra o resultado obtido com a venda de participações minoritárias nos diversos setores:

US\$ milhões

Setor	Valor de Venda		
	Federal (Decreto 1.068)	Estadual	Total
Elétrico	-	2.428	2.428
Saneamento	-	593	593
Telecomunicações	-	679	679
Financeiro	-	28	28
Diversos	753	-	753
Total	753	3.728	4.481

1995/2002

1995/2002

Concessões de Energia Elétrica

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Concessões de Energia Elétrica

1995/2002

A Lei nº 9.427/96 instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

A partir de 1996, uma série de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão foram incluídos no PND, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção de energia elétrica.

Na licitação para exploração de aproveitamentos hidrelétricos os novos concessionários obrigam-se a implantar as usinas com potência mínima e prazo máximo definidos no contrato de concessão. O pagamento pela outorga da concessão só é devido após o início da operação comercial da UHE. Na licitação para empreendimentos de transmissão, não há pagamento pela concessão. Os vencedores são os que oferecem a menor tarifa de transmissão.

O quadro da página seguinte mostra o resultado dos leilões de licitação dos aproveitamentos hidrelétricos.

Concessões de Geração de Energia Elétrica

1995/2002

US\$ milhões

Ano	Usinas Licitadas	Potência (MW)	Valor Contratado	Investimento Previsto
96	2	63	0,0	71,5
97	4	1.122	346,9	1.480,9
98	7	2.446	479,4	2.215,1
99	1	44	2,3	54,0
00	15	2.328	322,5	1.676,1
01	18	4.896	2.627,3	3.224,8
02	8	1.584	114,7	1.228,8
Total	55	12.483	3.893,1	9.951,3

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

O quadro abaixo mostra o resultado dos leilões de linhas de transmissão:

1995/2002

US\$ milhões

Ano	Linhas Licitadas	Extensão da Linha	Investimento Previsto
2000	6	2.498	1.018,6
2001	8	3.666	824,8
2002	11	1.859	285,4
Total	24	7.808	2.196,8

1995/2002

Concessões de Rodovias

Última atualização: 26 de agosto de 2002

Concessões de Rodovias

1995/2002

O Programa de Concessões de Rodovias Federais, desdobrado em concessões promovidas pelo DNER e por estados e prefeituras, teve início no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Ministério dos Transportes foi designado gestor do Programa e responsável por sua execução e acompanhamento, cabendo ao CND a supervisão do processo.

A Lei nº 10.233/01 instituiu a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, vinculada ao Ministério dos Transportes, com a finalidade de regular a exploração da infra-estrutura ferroviária e rodoviária federal e prestação de serviços de transporte terrestre.

Rodovias

O quadro abaixo mostra um resumo das licitações de concessões de rodovias federais, de concessões administradas pelos estados apoiadas em rodovias federais delegadas por convênio, e das rodovias exclusivamente estaduais ou municipais.

1995/2002

Programa	Extensão (km)
Rodovias Federais	1.680
Rodovias Federais Delegadas aos Estados	4.252
Rodovias Estaduais	3.835
Rodovias Municipais	25
Total	9.792



1990-2002

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR



www.bndes.gov.br

Publicação preparada pela
Área de Desestatização e Reestruturação – AD

Julho/2002